



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PROVA OBJETIVA - 16 de setembro de 2018

ENGENHARIA AMBIENTAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA 1 – COR BRANCA

**A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É BRANCA.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a prova com 60 (sessenta) questões objetivas, com 15 questões de Conhecimentos Básicos (05 - Língua Portuguesa e 10 – Legislação) e 45 questões de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 09:00h e término às 13:00h (horário local).
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 05 (cinco) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D), (E). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 60.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização da sua prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início das provas. A inobservância acarretará a eliminação do candidato.
7. É obrigatório que o candidato assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO RESPOSTA É O ÚNICO DOCUMENTO VÁLIDO PARA O PROCESSAMENTO DE SUAS RESPOSTAS, POIS A MARCAÇÃO INCORRETA NO CARTÃO RESPOSTA DA COR DA CAPA DA SUA PROVA É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.
12. Não será permitida, durante a realização da sua prova, comunicação entre os candidatos, nem utilização de máquinas calculadoras ou similares, de livros, de notas, de impressos ou consulta a qualquer material. Assim como, de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *databank*, agenda eletrônica, etc....) e acessórios de chapelaria. O candidato receberá do fiscal de sala saco plástico para guarda do material, que deverão, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira, junto com os acessórios de chapelaria – itens 10.15 e 10.16 do edital de abertura do concurso. O descumprimento dos itens anteriormente citados e outros definidos no Edital nº 008/2018-REI/IFPA, implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

BOA PROVA!!



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

NAVEGUE NAS REDES SOCIAIS SEM BOTAR A SAÚDE EM RISCO

Cada vez mais conectados, encurtamos distâncias, ganhamos tempo e fazemos amigos.
Mas, sem bom senso, já tem gente pagando um preço: o bem-estar

André Bernardo

[...]

1 O uso obsessivo de mídias sociais começa a ser associado a males físicos, como ganho
2 de peso e problemas de coluna, e transtornos mentais, caso de ansiedade e depressão.

3 Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de
4 Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária. Dos 353 estudantes
5 que responderam a um questionário on-line sobre o tempo gasto nas redes e em exercícios
6 físicos, 65% admitiram que não praticam tanto esporte quanto gostariam. “Se você está boa
7 parte do dia nas mídias sociais, pode ter certeza de que outras atividades serão negligenciadas.
8 No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares”, avisa a
9 psicóloga e coordenadora do trabalho Wendy Cousins.

10 Os prejuízos de levar uma rotina exageradamente on-line são até mais imediatos na
11 saúde mental. Quanto mais tempo ficamos conectados, maior o risco de desenvolver sintomas
12 de depressão, constata um experimento da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.
13 Para chegar a tal conclusão, a equipe do médico Brian Primack monitorou a vida digital de
14 1.800 internautas, entre homens e mulheres de 19 a 32 anos.

15 Em média, os voluntários gastavam 61 minutos por dia e acessavam as redes 30 vezes
16 por semana. Entre o grupo que apresentou maior quantidade de acessos semanais, a
17 probabilidade de sentir-se deprimido era três vezes maior. “As pessoas que passam muito
18 tempo nas mídias sociais tendem a ser mais ansiosas e depressivas. Por ora não dá para
19 estabelecer uma relação de causa e efeito, mas é preciso refletir: é o internauta quem usa as
20 redes sociais ou são as redes sociais que usam os internautas?”, provoca Primack.

21 Quando a moderação sai de cena e as plataformas digitais são mal usadas, a vida
22 escolar (e, mais tarde, a profissional) paga o pato. Jovens de 12 a 15 anos estão penando com
23 o cansaço em sala de aula, de acordo com um estudo britânico com 900 estudantes. A
24 investigação descobriu que um em cada cinco acorda durante a noite para checar e responder
25 mensagens. No dia seguinte, adeus foco e atenção à lousa e aos livros. “Ainda não sabemos se
26 os adolescentes acessam as redes sociais porque estão sem sono ou se perdem o sono por
27 causa delas. Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e
28 smartphones de seus quartos”, diz a educadora Sally Power, da Universidade de Cardiff, no
29 País de Gales.

30 A psicóloga Ana Luiza Mano, professora da Pontifícia Universidade Católica de São
31 Paulo, explica que não existe idade ideal para os pais comprarem celular para os filhos ou
32 liberarem seu acesso a algumas redes. Mas ressalva que as crianças tendem a seguir o modelo
33 que têm em casa. “Cabe aos pais orientá-las sobre a melhor maneira e a frequência certa de
34 utilização das mídias sociais”, propõe.

[...]

1 De acordo com o texto, o equilíbrio no uso das mídias digitais pelos adolescentes depende

- (A) do sono regular.
- (B) da prática de esportes.
- (C) do poder de concentração.
- (D) da saúde mental.
- (E) do exemplo dos pais.

2 Sem alterar o sentido do enunciado, em *Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária* (linhas 3 e 4), a forma verbal *patrocina* poderia ser substituída por

- (A) *influencia*.
- (B) *favorece*.
- (C) *permite*.
- (D) *implica*.
- (E) *financia*.

3 A regência verbal culta **NÃO** foi observada em

- (A) *No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares*”, avisa a psicóloga e coordenadora do trabalho Wendy Cousins. (linhas 8 e 9)
- (B) *Para chegar a tal conclusão, a equipe do médico Brian Primack monitorou a vida digital de 1.800 internautas, entre homens e mulheres de 19 a 32 anos.* (linhas 13 e 14)
- (C) *Em média, os voluntários gastavam 61 minutos por dia e acessavam as redes 30 vezes por semana.* (linhas 15 e 16)
- (D) *A investigação descobriu que um em cada cinco acorda durante a noite para checar e responder mensagens.* (linhas 23 a 25)
- (E) *Mas ressalva que as crianças tendem a seguir o modelo que têm em casa.* (linhas 32 e 33)

4 Contém expressão própria da linguagem informal o trecho

- (A) *“Se você está boa parte do dia nas mídias sociais, pode ter certeza de que outras atividades serão negligenciadas. No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares”.* (linhas 6 a 8)
- (B) *Quanto mais tempo ficamos conectados, maior o risco de desenvolver sintomas de depressão, constata um experimento da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.* (linhas 11 e 12)
- (C) *Quando a moderação sai de cena e as plataformas digitais são mal usadas, a vida escolar (e, mais tarde, a profissional) paga o pato.* (linhas 21 e 22)
- (D) *No dia seguinte, adeus foco e atenção à lousa e aos livros.* (linha 25)
- (E) *Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e smartphones do quarto dos filhos”, diz a educadora Sally Power, da Universidade de Cardiff, no País de Gales.* (linhas 27 a 29)

5 O referente do elemento coesivo grifado **NÃO** está corretamente indicado em

- (A) *Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária.* (linhas 3 e 4) → mídias sociais
- (B) *“Ainda não sabemos se os adolescentes acessam as redes sociais porque estão sem sono ou se perdem o sono por causa delas.* (linhas 25 a 27) → redes sociais
- (C) *Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e smartphones de seus quartos”* (linhas 27 e 28) → adolescentes
- (D) *A psicóloga Ana Luiza Mano, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, explica que não existe idade ideal para os pais comprarem celular para os filhos ou liberarem seu acesso a algumas redes.* (linhas 30 a 32) → pais
- (E) *“Cabe aos pais orientá-las sobre a melhor maneira e a frequência certa de utilização das mídias sociais”, propõe.* (linhas 33 e 34) → crianças

LEGISLAÇÃO

6 Segundo o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório, quando será observado, entre outros, o seguinte fator:

- (A) Temperança.
- (B) Comunicabilidade.
- (C) Capacidade de iniciativa.
- (D) Resiliência.
- (E) Presteza.

7 Uma das regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é a de que

- (A) a moralidade da Administração Pública está limitada à grave distinção entre o bem e o mal, junto à ideia de que o fim é sempre a política pública consolidada.
- (B) exige-se, como contrapartida ao fato de que a remuneração do servidor público é custeada pelos recursos advindos de seu trabalho, que a moralidade administrativa esteja aquém de um mero fator de legalidade.
- (C) a função pública, tida como exercício profissional, não deve estar integrada à vida particular do servidor público, assim como os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia.
- (D) o atraso na prestação do serviço não caracteriza atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas decorrência de dano institucional que reflete sobre os usuários.
- (E) o trabalho desenvolvido pelo servidor público junto à comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar.

8 De acordo com a Lei nº 12.772/2012, além de outros fatores, a avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório nas Instituições Federais de Ensino deverá considerar a(o)

- (A) adaptação do professor ao trabalho, verificada por meio de provas teóricas e práticas.
- (B) avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da instituição.
- (C) cumprimento de horário dentro e fora da repartição para a qual foi designado.
- (D) análise dos relatórios de atividades durante período de licenças e férias.
- (E) desempenho em programas de avaliação de forma física e de saúde funcional.

9 A atual Constituição Federal prevê o estabelecimento de um plano nacional de educação, cujas ações integradas devem conduzir à

- (A) diminuição do analfabetismo total e funcional.
- (B) ampliação gradativa da escolarização profissional.
- (C) aplicação de recursos como proporção da receita de impostos.
- (D) promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- (E) formação para o trabalho infantil e adulto.

10 No que tange à organização da educação nacional, é correto afirmar que

- (A) o sistema federal de ensino compreende as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- (B) os sistemas de ensino dos Estados compreendem as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Estadual.
- (C) as instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram o sistema de ensino do Distrito Federal.
- (D) os sistemas municipais de ensino compreendem todas as instituições da educação básica existentes no município.
- (E) as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se em públicas, privadas e associadas.

11 Nos termos da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos princípios da formação técnico-profissional é

- (A) garantia de acesso e frequência flexíveis ao ensino regular.
- (B) atividade compatível com as necessidades da tarefa.
- (C) horário especial para o exercício das atividades.
- (D) garantia de bolsa de aprendizagem dos sete aos quatorze anos.
- (E) igualdade de tratamento ao adolescente portador de deficiência.

12 De acordo com a Lei nº 11.892/2008, uma das finalidades dos Institutos Federais é

- (A) promover a horizontalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, otimizando exclusivamente a infraestrutura física e os quadros de pessoal.
- (B) orientar sua formação em benefício do fortalecimento dos arranjos produtivos, com perspectiva prioritária de lucro para empresas e cooperativas locais.
- (C) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de matemática e língua portuguesa, em particular.
- (D) desenvolver programas de pesquisa pura e aplicada, de extensão e de divulgação científica e tecnológica, além de serviços remunerados.
- (E) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

13 Com base no Decreto nº 5.626/2005, para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso à comunicação, à informação e a outras atividades, as instituições federais de ensino devem promover formação de professores para o (a)

- (A) ensino, a pesquisa e a extensão referentes ao uso da Libras.
- (B) tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa.
- (C) ensino da Língua Inglesa como segunda língua para pessoas surdas.
- (D) elaboração de projetos de assistência para estudantes surdos.
- (E) mestrado em educação tecnológica para pessoas surdas.

14 Um dos objetivos do atendimento educacional especializado é

- (A) facilitar o acesso e a aprovação dos estudantes com necessidades especiais.
- (B) garantir a redução do tempo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- (C) distribuir gratuitamente recursos didáticos e pedagógicos a estudantes cegos.
- (D) assegurar condições à continuidade de estudos nos demais níveis e modalidades de ensino.
- (E) garantir o acesso de forma complementar e suplementar à educação superior.

15 Com base na lei nº 10.639/2003, o calendário escolar inclui o “Dia Nacional da Consciência Negra”, que é comemorado em

- (A) 20 de novembro.
- (B) 21 de abril.
- (C) 13 de maio.
- (D) 15 de outubro.
- (E) 25 de setembro.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 NÃO é um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) o seguinte enunciado:

- (A) A água é um bem de domínio público.
- (B) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- (C) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- (D) O gerenciamento dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas.
- (E) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

17 NÃO integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

- (A) o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- (B) as Agências de Águas.
- (C) os Conselhos Municipais de Recursos Hídricos.
- (D) os Comitês de Bacia Hidrográfica.
- (E) os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos.

18 NÃO compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos

- (A) promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários.
- (B) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Municipais de Recursos Hídricos.
- (C) deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados.
- (D) deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.
- (E) aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos.

19 Analise as afirmações a seguir de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997).

I. Os Planos de Recursos Hídricos e a cobrança pelo uso de recursos hídricos são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

II. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor.

III. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta anos, renovável.

São verdadeiras

- (A) as afirmações I e III.
- (B) as afirmações II e III.
- (C) as afirmações I, II e III.
- (D) as afirmações I e II.
- (E) nenhuma das afirmações.

RASCUNHO

- 20** Analise os itens a seguir de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997).
- I. A compensação a municípios e ao Distrito Federal.
 - II. A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
 - III. Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
 - IV. Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.

São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

21 De acordo com a Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, **NÃO** é adotada a seguinte definição:

- (A) Água para consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, independentemente da sua origem.
- (B) Padrão organoléptico: conjunto de parâmetros caracterizados por provocar estímulos sensoriais que afetam a aceitação para consumo humano, mas que não necessariamente implicam risco à saúde.
- (C) Água tratada: água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade.
- (D) Integridade do sistema de distribuição: condição de operação e manutenção do sistema de distribuição (reservatório e rede) de água potável em que a qualidade da água produzida pelos processos de tratamento seja preservada até as ligações prediais.
- (E) Sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a Estação de Tratamento de água (ETA) até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição.

22 Analise as afirmações a seguir de acordo com a Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011.

- I. Exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano.
- II. Implementar as diretrizes de vigilância da qualidade da água para consumo humano definidas no âmbito nacional.
- III. Encaminhar aos responsáveis pelo abastecimento de água quaisquer informações referentes a investigações de surto relacionado à qualidade da água para consumo humano.

Compete às Secretarias de Saúde dos Estados

- (A) as afirmações I e III.
- (B) as afirmações II e III.
- (C) as afirmações I, II e III.
- (D) as afirmações I e II.
- (E) nenhuma das afirmações.

RASCUNHO

23 Compete ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano, de acordo com a Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011:

I. exercer o controle da qualidade da água.

II. encaminhar, à autoridade de saúde pública do Distrito Federal e dos municípios, os relatórios das análises dos parâmetros anuais com informações sobre o controle da qualidade da água, conforme o modelo estabelecido pela referida autoridade.

III. comunicar aos órgãos ambientais, aos gestores de recursos hídricos e ao órgão de saúde pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios qualquer alteração da qualidade da água no ponto de captação que comprometa a tratabilidade da água para consumo humano.

São verdadeiras

(A) as afirmações I e III.

(B) as afirmações II e III.

(C) as afirmações I, II e III.

(D) as afirmações I e II.

(E) nenhuma das afirmações.

24 Analise as afirmações a seguir de acordo com a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.

I. Nas águas de classe especial é vedado o lançamento de efluentes ou disposição de resíduos domésticos, agropecuários, de aquicultura, industriais e de quaisquer outras fontes poluentes, mesmo que tratados.

II. Para o lançamento de efluentes tratados em leito seco de corpos receptores intermitentes, o órgão ambiental competente poderá definir condições especiais, ouvido o órgão gestor de recursos hídricos.

III. No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade, tais como as águas de abastecimento, do mar e de sistemas abertos de refrigeração sem recirculação.

São verdadeiras

(A) as afirmações I e III.

(B) as afirmações II e III.

(C) as afirmações I, II e III.

(D) as afirmações I e II.

(E) nenhuma das afirmações.

25 Analise os itens a seguir de acordo com a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.

I. pH entre 5 a 9.

II. temperatura: inferior a 50°C, sendo que a variação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C no limite da zona de mistura.

III. materiais sedimentáveis: até 1 mL/L em teste de 1 hora em cone *Inmhoff* e, para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes.

IV. Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5 dias a 20°C): remoção mínima de 60% de DBO, sendo que este limite só poderá ser reduzido no caso de existência de estudo de autodepuração do corpo hídrico que comprove atendimento às metas do enquadramento do corpo receptor.

São condições de lançamento de efluentes de qualquer fonte poluidora diretamente no corpo receptor

(A) os itens I, II e III.

(B) os itens I, II e IV.

(C) os itens II, III e IV.

(D) os itens I, III e IV.

(E) nenhum dos itens.

26 De acordo com a Resolução CONAMA nº 357/2005, **NÃO** é adotada a seguinte definição:

- (A) Águas salinas: águas com salinidade igual ou superior a 10 ‰.
- (B) Águas doces: águas com salinidade igual ou inferior a 0,5 ‰.
- (C) Ambiente lântico: ambiente que se refere à água parada, com movimento lento ou estagnado.
- (D) Carga poluidora: quantidade de determinado poluente transportado ou lançado em um corpo de água receptor, expressa em unidade de massa por tempo.
- (E) Desinfecção: remoção ou inativação de organismos potencialmente patogênicos.

27 A qualidade da água pode ser representada por diversos parâmetros, que traduzem as suas características físicas, químicas e biológicas. São parâmetros físicos da qualidade da água:

- (A) cor e turbidez.
- (B) pH e turbidez.
- (C) pH e dureza.
- (D) temperatura e alcalinidade.
- (E) acidez e alcalinidade.

28 NÃO é objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, a(o)

- (A) compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- (B) definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.
- (C) estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- (D) desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- (E) imposição, à pessoa física, do direito de recuperar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

29 Analise os itens a seguir de acordo com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981:

- I. racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- II. planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- III. proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- IV. controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

São princípios da Política Nacional do Meio Ambiente os itens

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

RASCUNHO

30 De acordo com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, **NÃO** faz parte da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA):

- (A) Órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- (B) Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor, ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (C) Órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (D) Órgãos seccionais: os órgãos ou as entidades municipais, responsáveis pelo controle e pela fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.
- (E) Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

31 De acordo com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, **NÃO** é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o(a)

- (A) estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- (B) zoneamento ambiental.
- (C) criação de áreas indígenas de até 5 Km².
- (D) avaliação de impactos ambientais.
- (E) sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.

32 Analise as afirmações a seguir sobre os objetivos e princípios do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

I. O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

II. O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

III. O processo de elaboração e implementação do ZEE valorizará o conhecimento científico multidisciplinar.

São verdadeiras

- (A) as afirmações I, II e III.
- (B) as afirmações I e II.
- (C) as afirmações II e III.
- (D) as afirmações I e III.
- (E) nenhuma das afirmações.

33 De acordo com a Lei nº 9.605/1998, conhecida como “Lei dos Crimes Ambientais”, no que diz respeito à cooperação internacional para a preservação do meio ambiente, resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, com exceção de

- (A) produção de prova.
- (B) exame de objetos e lugares.
- (C) informações sobre pessoas e coisas.
- (D) outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor ou pelos tratados de que o Brasil seja parte.
- (E) presença permanente da pessoa presa, cujas declarações tenham média relevância para a decisão de uma causa.

34 De acordo com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, o plano diretor é obrigatório para cidades com

- (A) quinze mil e quinhentos habitantes.
- (B) doze mil e quinhentos habitantes.
- (C) cinco mil e quinhentos habitantes.
- (D) mais de vinte mil habitantes.
- (E) dez mil e quinhentos habitantes.

35 De acordo com a Lei nº 12.587/2012, o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana é o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garante os deslocamentos de pessoas e cargas no território do município. São modos de transporte urbano:

- (A) motorizados e não motorizados.
- (B) público e individual.
- (C) privado e coletivo.
- (D) de cargas e coletivo.
- (E) de passageiros e privado.

36 Analise os seguintes instrumentos de acordo com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

- I. órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- II. debates, audiências e consultas públicas.
- III. conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- IV. iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os instrumentos

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

RASCUNHO

37 Analise os seguintes instrumentos de acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012:

- I. o exercício do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes, conforme dispõe a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.
- II. a transformação das reservas legais em áreas verdes nas expansões rurais.
- III. o estabelecimento de exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura.
- IV. a aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

Em relação ao Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas, o poder público municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, com os instrumentos

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

38 Analise as seguintes definições de acordo com a instrução normativa ICMBIO nº 11, de 11 de dezembro de 2014, que aborda sobre estabelecer procedimentos para elaboração, análise, aprovação e acompanhamento da execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada (PRAD):

- I. Recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
- II. Restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.
- III. Área perturbada: aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural e pode ser restaurada.
- IV. Área degradada: aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, apenas recuperada.

São verdadeiras as definições

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

39 Considere os resíduos de serviços de saúde (RSS):

- I. bolsas transfusionais contendo sangue;
- II. bolsas transfusionais vazias;
- III. lâminas de bisturi;
- IV. restos alimentares de pacientes.

Devem ser considerados RSS do grupo A os itens

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

RASCUNHO

40 Considere os resíduos da construção civil (RCC):

- I. gesso;
- II. concreto;
- III. plástico;
- IV. embalagem vazia de tinta imobiliária.

Para fins de gerenciamento adequado, devem ser considerados como classe B os resíduos

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

41 Com base na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), analise os seguintes processos:

- I. reutilização;
- II. reciclagem;
- III. compostagem;
- IV. disposição final em aterros sanitários.

São considerados como forma de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos os processos

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

42 Analise as seguintes atividades:

- I. estabelecimento comercial que gere resíduos perigosos;
- II. limpeza urbana;
- III. empresa de construção civil;
- IV. aeroporto.

De acordo com a PNRS, estão sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) as atividades

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

43 Considere os seguintes resíduos:

- I. areia de fundição;
- II. sucata de metais ferrosos;
- III. aparas provenientes de couros curtidos ao cromo;
- IV. borra neutra proveniente do processo de rerrefino de óleos lubrificantes usados.

São classificados como resíduos Classe I, conforme a NBR 10.004:2004, os resíduos

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

44 As áreas do território nacional devem ser enquadradas de acordo com a classificação de usos pretendidos, a fim de não deterioração significativa da qualidade do ar. Referente a essa política, é correto afirmar que devem ser enquadradas como Classe II as áreas

- (A) de preservação.
- (B) de lazer e turismo.
- (C) onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão secundário de qualidade.
- (D) onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade.
- (E) onde deverá ser mantida a qualidade do ar em nível o mais próximo possível do verificado sem a intervenção antropogênica.

45 O padrão primário de qualidade do ar para partículas totais em suspensão é a concentração média geométrica anual de _____ microgramas por metro cúbico de ar e concentração média de 24 (vinte e quatro) horas de _____ microgramas por metro cúbico de ar, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano.

Os valores que preenchem as lacunas do enunciado são, respectivamente,

- (A) 60; 150.
- (B) 60; 240.
- (C) 80; 240.
- (D) 80; 150.
- (E) 150; 240.

46 Uma indústria emite para a atmosfera particulados muito finos em temperatura muito alta. Nessa situação o dispositivo de controle de poluição mais apropriado é

- (A) lavador Venturi.
- (B) precipitador eletrostático.
- (C) filtro de manga.
- (D) coletor ciclônico.
- (E) condensador de vapor

47 Considere as medidas para o controle da poluição do ar:

- I. remoção das fontes;
- II. localização adequada das fontes;
- III. melhoria dos processos de combustão;
- IV. instalação de equipamentos de retenção de poluentes nas fontes.

São medidas de caráter corretivo as expressas em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

48 As partículas inaláveis são consideradas aquelas com diâmetro aerodinâmico (D_a)

- (A) entre 2 μm e 10 μm .
- (B) menor que 2 μm .
- (C) menor que 10 μm .
- (D) maior que 2 μm .
- (E) maior que 10 μm .

RASCUNHO

- 49** A etapa do processo de identificação de áreas contaminadas que tem como objetivo principal confirmar ou não a existência de substâncias de origem antrópica nas áreas suspeitas, no solo ou nas águas subterrâneas, em concentrações acima dos valores de investigação, é denominada
- (A) monitoramento.
 - (B) avaliação de risco.
 - (C) investigação detalhada.
 - (D) investigação confirmatória.
 - (E) auditoria ambiental.
- 50** Segundo a concentração de substâncias químicas, devem ser enquadrados como Classe 2 os solos que apresentam concentrações de
- (A) pelo menos uma substância química maior que o Valor de Prevenção (VP) e menor ou igual ao Valor de Investigação (VI).
 - (B) pelo menos uma substância química maior que o Valor de Investigação (VI).
 - (C) substâncias químicas menores ou iguais ao Valor de Referência de Qualidade (VRQ).
 - (D) substâncias químicas menores ou iguais ao Valor de Investigação (VI).
 - (E) pelo menos uma substância química maior do que o Valor de Referência de Qualidade (VRQ) e menor ou igual ao Valor de Prevenção (VP).
- 51** É uma alteração do solo de caráter químico a
- (A) salinização.
 - (B) erosão.
 - (C) impermeabilização.
 - (D) escavação.
 - (E) aragem.
- 52** A avaliação inicial, realizada com base nas informações históricas disponíveis e inspeção do local, com o objetivo principal de encontrar evidências, indícios ou fatos que permitam suspeitar da existência de contaminação na área, denomina-se
- (A) avaliação de risco.
 - (B) avaliação preliminar.
 - (C) cenário de exposição padronizado.
 - (D) valor de referência de qualidade.
 - (E) avaliação inicial.
- 53** Será declarada Área Contaminada sob Investigação (AI), pelo órgão ambiental competente, aquela em que
- (A) o risco for considerado tolerável, após a execução de avaliação de risco.
 - (B) for confirmada a eliminação do perigo ou a redução dos riscos a níveis toleráveis.
 - (C) forem observados indícios da presença de contaminação ou identificadas condições que possam representar perigo, após a realização de uma avaliação preliminar.
 - (D) for constatada a presença de substâncias químicas em fase livre ou for comprovada, após investigação detalhada e avaliação de risco, a existência de risco à saúde humana.
 - (E) for constatada, mediante investigação confirmatória, a contaminação com concentrações de substâncias no solo ou nas águas subterrâneas acima dos valores de investigação.

RASCUNHO

54 Com base na Política Nacional de Educação Ambiental, analise as afirmativas a seguir.

- I. A educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.
- II. A educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino formal.
- III. Nos cursos de pós-graduação, é obrigatória a criação de disciplina específica relativa à educação ambiental.
- IV. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

55 NÃO é um princípio da educação ambiental o(a)

- (A) enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- (B) concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando-se a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- (C) desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.
- (D) pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade.
- (E) garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

56 Analise os itens a seguir com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

- I. abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.
- II. aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual.
- III. incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental.
- IV. estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

A Educação Ambiental nas instituições de ensino deve contemplar o que expressa os itens

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

RASCUNHO

57 Analise os itens a seguir com base na Política Nacional de Educação Ambiental:

- I. incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino.
- II. busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental.
- III. preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental.
- IV. formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente.

A capacitação de recursos humanos estabelecida na referida lei deve se voltar para o que expressa os itens

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV
- (E) I, II, III e IV.

58 Os critérios de auditoria são definidos como

- (A) julgamento ou parecer profissional expresso por um auditor sobre o objeto da auditoria, baseado e limitado à apreciação que o auditor faz das constatações da auditoria.
- (B) informações verificáveis, registros ou declarações.
- (C) resultados da avaliação das evidências da auditoria coletadas, comparadas com os critérios de auditoria acordados.
- (D) entrevistas, exame de documentos, observações das atividades e condições, resultados de medições e ensaios ou outros meios dentro do escopo da auditoria.
- (E) políticas, práticas, procedimentos ou requisitos em relação aos quais o auditor compara as evidências coletadas sobre o objeto da auditoria.

59 Em relação às auditorias ambientais previstas na Resolução CONAMA nº 306 de 2002, é correto afirmar que as(o)

- (A) auditorias ambientais devem envolver análise das evidências objetivas com o objetivo de determinar se a instalação do empreendedor auditado atende aos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.
- (B) constatações de não conformidade devem ser documentadas de forma clara e comprovadas por evidências objetivas de auditoria e deverão ser objeto de um plano de ação.
- (C) relatório de auditoria ambiental é de responsabilidade técnica dos empreendedores auditados.
- (D) plano de ação é de responsabilidade da equipe de auditoria e deverá contemplar as ações corretivas para as não conformidades apontadas pelo relatório de auditoria.
- (E) relatório de auditoria ambiental e o plano de ação deverão ser apresentados anualmente ao órgão ambiental competente, para incorporação ao processo de licenciamento ambiental da instalação auditada.

RASCUNHO

60 Analise os requisitos em relação a um Sistema de Gestão ambiental (SGA):

I. potenciais consequências da inobservância de procedimento(s) especificado(s).

II. aspectos ambientais significativos e respectivos impactos reais ou potenciais associados com seu trabalho e dos benefícios ambientais provenientes da melhoria do desempenho pessoal.

III. decisões e ações relacionadas a possíveis mudanças na política ambiental, nos objetivos, metas e em outros elementos do sistema da gestão ambiental.

IV. suas funções e responsabilidades em atingir a conformidade com os requisitos do sistema da gestão ambiental.

A organização que deseje estabelecer, implementar, manter e aprimorar um SGA deve estabelecer, implementar e manter procedimento(s) para fazer com que as pessoas que trabalhem para ela ou em seu nome estejam conscientes dos requisitos expressos em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III e IV.

RASCUNHO